

A RIVALIDADE BRASIL-ARGENTINA E A GUERRA FRIA

THE BRAZIL-ARGENTINE RIVALRY AND THE COLD WAR

LA RIVALIDAD BRASIL-ARGENTINA Y LA GUERRA FRÍA

Carlos Eduardo Vidigal¹

Resumo: Peronismo e anti-peronismo definiram o padrão da rivalidade Brasil-Argentina no contexto do início da guerra fria. Inúmeros documentos diplomáticos brasileiros – ofícios, despachos, memorandos, telegramas – datados dos anos de 1946 a 1948 apresentavam em seus títulos temas como “infiltração argentina no Sul do Brasil”, “expansionismo político da Argentina”, “política expansionista da Argentina”, etc. Pode-se afirmar que o anti-peronismo consolidou-se em setores dirigentes do país, por meio de uma política que ultrapassava, de algum modo, o próprio peronismo. Por exemplo, a ideia de que a Argentina procurava expandir sua área de influência na América do Sul remonta, pelo menos ao período anterior a segunda grande guerra. Assim, a identificação da forma como se construiu o anti-peronismo no Brasil permite avaliar mais especificamente que interesses e quais setores alimentaram visões contrárias ao diálogo bilateral.

Palavras-chave: Guerra Fria; relações Brasil-Argentina; peronismo; anti-peronismo; América do Sul.

Abstract: Peronism and antiperonism defined the pattern of rivalry Brazil-Argentina in the context of early cold war. Numerous Brazilian diplomatic documents –letters, orders, memoranda, telegrams- dating from the years 1946 to 1948 presented in their titles issues such as “Argentina’s infiltration in Southern Brazil”, “Argentina’s political expansionism”, “expansionist policy of Argentina”, etc. We can say that the anti-Peronism was consolidated in leading sectors of the country through a policy that exceeded, in some way, to Peronism. For example, the idea that Argentina was seeking to expand its sphere of influence in South America dates back at least to the period before World War II. Thus, identifying how anti-Peronism was built in Brazil allows evaluating more specifically what interests and what sectors provided opposite visions to bilateral dialogue.

Keywords: Cold War, Brasil-Argentina’s relations; peronism; antiperonism; South America.

¹ Universidade de Brasília, Brasília – DF, Brasil, E-mail: cvidigal@gmail.com

Resumen: Peronismo e antiperonismo definieron el padrón de la rivalidad Brasil-Argentina en el contexto del inicio de la guerra fría. Una gran cantidad de documentos diplomáticos brasileños –notas, despachos, memorandos, telegramas– con fecha entre 1946 y 1948 presentaban en sus títulos temas como “infiltración argentina en el Sur del Brasil”, “expansionismo político de la Argentina”, “política expansionista de la Argentina”, etc. Se puede afirmar que el antiperonismo se consolidó en sectores dirigentes del país por medio de una política que superaba, de alguna manera, al propio peronismo. Por ejemplo, la idea de que la Argentina buscaba expandir su área de influencia en Sudamérica remonta, por lo menos, al período anterior a la Segunda Guerra Mundial. Siendo así, la identificación de cómo se construyó el antiperonismo en Brasil permite evaluar más específicamente qué intereses y qué sectores alimentaron visiones contrarias al diálogo bilateral.

Palabras-claves: Guerra Fría; relaciones Brasil-Argentina; peronismo; antiperonismo; Sudamérica.

Introdução

A Guerra Fria gerou duas correntes de interpretação que influenciam ainda hoje historiadores e internacionalistas: a ortodoxa, que atribui o conflito ideológico entre as duas potências que emergiram da Segunda Guerra Mundial como responsabilidade do marxismo-leninismo soviético; e a revisionista, que inclui na análise a expansão econômica e político-ideológica dos Estados Unidos (SAULL, 2012, p. 64). Nas duas interpretações houve um processo de reificação do conceito de guerra fria, como se o que se convencionou chamar de guerra fria fosse algo inscrito na própria natureza da política internacional do final da guerra e do imediato pós-guerra, e não o resultado das políticas exteriores dos Estados Unidos, da União Soviética, dos países europeus ocidentais e de países asiáticos ao final do conflito. Uma leitura mais atenta ao caso da América Latina e, em particular, das relações Brasil-Argentina naquele período permite afirmar que foi indireta a influência da guerra fria nos conflitos de interesse brasileiro-argentinos.

Documentos diplomáticos brasileiros – ofícios, despachos, memorandos, telegramas – datados dos anos de 1946 a 1948 apresentavam em seus títulos temas como “infiltração argentina no Sul do Brasil”, “expansionismo político da Argentina”, “política expansionista da Argentina”, etc. Pode-se afirmar que o anti-peronismo consolidou-se em setores dirigentes do país, por meio de uma política que ultrapassava, de algum modo, o próprio peronismo. Por exemplo, a ideia de que a Argentina procurava expandir sua área de influência na América do Sul remonta, pelo menos ao período anterior a segunda grande guerra. Assim, a identificação da forma como se construiu o anti-peronismo no Brasil permite avaliar mais apropriadamente que interesses e quais setores alimentaram visões contrárias ao diálogo bila-

teral. Tanto o autonomismo argentino quanto o alinhamento brasileiros aos Estados Unidos foram definidos durante a guerra.

As autoridades políticas brasileiras, incluindo o presidente Getúlio Vargas, tornaram-se anti-peronistas antes mesmo das eleições presidenciais de 1946, que levaram o coronel Juan Domingo Perón à presidência. Vargas solicitara a seu assessor particular Caio Julio Cesar Vieira, em missão confidencial, observar e informá-lo sobre a situação do país vizinho e indicar, em visão prospectiva, possíveis desdobramentos dos processos políticos interno e externo argentino². Caio Vieira, à luz dos acontecimentos diplomáticos dos anos anteriores, estabeleceu uma interpretação sobre a política exterior argentina que se prolongaria na percepção dos homens de Estado brasileiros. Essa visão poucas relações teria com o advento da guerra fria.

A Argentina se encontrava em posição de desvantagem no cenário internacional em razão da sua ausência nas “decisões morais, políticas e materiais” tomadas pelos países americanos após Pearl Harbor e a 3ª Reunião de Consulta, realizada no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942. Na condição e país essencialmente exportador, dependente, portanto, do transporte marítimo para os produtos agropecuários destinados ao mercado inglês e aos domínios britânicos, países europeus e Estados Unidos, “a participação argentina nos conflitos armados do Velho Mundo repugna à consciência do seu povo, da vontade do qual, em matéria de política internacional, os governos têm sido legítima expressão”.

Na interpretação de Caio Vieira, o neutralismo derivava em boa medida da experiência positiva da Argentina na guerra de 1914-1918, na qual se manteve rigorosamente neutra, o que lhe teria propiciado uma posição política e econômica superior aos vizinhos americanos, o que, na visão de Buenos Aires, teriam auxiliado na vitória dos aliados com o alto preço de perderem a independência. Nesse sentido, o princípio argentino de neutralidade seria inabalável frente “aos conflitos provocados por interesses feridos de outros países”. Se a Argentina não fosse ferida em seus interesses nacionais e estivesse vivendo em regime democrático, não haveria porque abrir mão da neutralidade jurídica, instrumento essencial na defesa de suas exportações. O novo contexto aberto pelo conflito de 1939 não alterava o apego a essa tradição, a despeito das diferenças significativas existentes entre os dois conflitos mundiais. No entanto, reconhecia-se que, se no primeiro conflito os Estados Unidos estavam apenas auxiliando a Europa a ganhar uma guerra que não era sua, almejando a paz interna, no segundo, os americanos estavam fazendo “a sua guerra” e que, para vencê-la, “utilizavam de todo o seu poderio político, econômico e material, interferindo na vida das nações não só deste Continente como também das outras regiões do mundo”.

² Ofício de Caio Julio Cesar Vieira ao presidente Getúlio Vargas, estritamente confidencial, Rio de Janeiro, 31 de março de 1945. AH/MRE-BSB, Castanhos, 900.1(41), Política Internacional, Argentina (1947-1952).

O neutralismo argentino parecia resistir a tudo. Somava-se a essa preocupação com o neutralismo o fato de Brasil recear o fortalecimento da Argentina na região do Prata, vista como uma nação poderosa nas décadas anteriores. Essas duas percepções sobre os vizinhos estariam na origem do anti-peronismo tupiniquim, ao qual se agregariam outras preocupações no futuro, como o expansionismo argentino e os vínculos de Perón com Vargas.

À luz das considerações acima delineiam-se os objetivos do presente texto, que vinculam-se a um tema relativamente pouco pesquisado no Brasil, a rivalidade Brasil-Argentina nas origens da guerra fria, com ênfase no anti-peronismo brasileiro. Sem a pretensão de incluir na análise uma revisão bibliográfica ou de esgotar o tema, pretende-se nesse texto: a) resgatar as primeiras manifestações oficiais de anti-peronismo no Brasil, com base em fontes primárias; b) identificar razões de natureza política regional e interna que tornaram a bandeira do anti-peronismo predominante nos meios políticos brasileiros a partir de 1946-1947; e c) avaliar em que medida o antagonismo americano-soviético se refletiva na rivalidade das duas potências regionais do Prata.

Nossos poderosos vizinhos do Prata

Os cuidados que a diplomacia brasileira dispensava ao posicionamento argentino durante a guerra respondia a preocupações mais imediatas, como as relações com os países do Eixo e de ambos os países com Estados Unidos, considerando-se as perspectivas que se delineavam para o pós-guerra. O Rio de Janeiro tomava as forças geopolíticas da América do Sul como um elemento de extrema importância para a inserção regional do Brasil. Subsistia o receio de que a Argentina tentasse, a qualquer preço, manter sua virtual preponderância na sub-região, desconfiança essa que remontava ao período anterior à segunda guerra. Um exemplo desse movimento preventivo se encontra no informe apresentado a Getúlio Vargas pelo embaixador brasileiro Mário de Pimentel Brandão, em 10 de maio de 1937³.

Pimentel Brandão, que ocupou interinamente o cargo de ministro das Relações Exteriores (1935-1937) e posteriormente como titular (1938-1939) repassou a Getúlio Vargas relatos da Legação brasileira em La Paz, de autoria do ministro Rio Branco, sobre a atividade diplomática argentina. O foco das preocupações brasileiras estava na construção do ramal Yacuibá-Santa Cruz de la Sierra, mais especificamente o “açambarcamento do tráfico ferroviário daquela República”, o que criaria uma situação de preponderância política de Buenos Aires. A condição mediterrânea da Bolívia

³ Ofício do chanceler Mário de Pimentel Brandão ao presidente Getúlio Vargas, secreto, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1937. AH/MRE-BSB, Castanhos, 900.1(41), Política Internacional, Argentina (1937-1952).

vincularia seus desígnios ao país que solucionasse seus problemas econômicos e comerciais, derivados do relativo isolamento geográfico.

As informações de La Paz, Pimentel Brandão acrescentava dados de outras fontes (não especificadas) para montar um quadro da geopolítica sul-americana, ou, em suas palavras, contribuir para a compreensão desse “importante assunto do problema das comunicações do Paraguai e da Bolívia – o que equivale dizer do *hinterland* sul-americano – com o Oceano Atlântico e, portanto, com o resto do mundo”. A linguagem própria da geopolítica não estranha à época, ainda mais quando se tem em conta que em 1931 fora lançada da obra do tenente coronel Mário Travassos, intitulada *Projeção continental do Brasil*, na qual não apenas destacou a importância das vertentes platina e amazônica da política sul-americana do Rio de Janeiro, como deu atenção específica à Bolívia. Para Travassos, o território boliviano podia ser considerado como centro geográfico da América do Sul e o problema da ligação Santa Cruz-Corumbá era ao mesmo tempo elemento decisivo para a política de La Paz e assunto que requeria máxima atenção por parte do Brasil. A eventual influência argentina sobre a Bolívia poderia projetar o poder de Buenos Aires até o Peru, ainda mais que acabara de ocorrer o voo direto entre Lima e Buenos Aires, feito do piloto peruano Revoredo, que percorrera 3.300 quilômetros em linha reta, boa parte sobre a Cordilheira, em 16 horas de voo sem escalas (TRAVASSOS, 1938, pp. 195-200).

Pimentel Brandão sustentava sua argumentação não apenas em termos geopolíticos mas também por razões históricas. A ação diplomática argentina teria um duplo objetivo: o de resolver os problemas políticos e econômicos gerados pelo isolamento mediterrânico das duas únicas repúblicas americanas privadas de acesso ao mar; e de reconstruir economicamente o antigo Vice-Reinado do Prata que era “o velho sonho histórico dos estadistas argentinos, desiludidos da possibilidade mais ambiciosa de pura e simples reconstrução daquilo que ruiu, em parte, ao sopro do vendaval da revolução da Independência de Maio de 1810...”. A despeito da força autonomista do Paraguai, do federalismo do Uruguai de Artigas e dos apelos de Bolívar aos povos do altiplano, os dirigentes argentinos eram ciosos de sua política de poder. Na visão do embaixador brasileiro,

Os desígnios da política exterior dos nossos poderosos vizinhos do Prata, baseados sempre sobre aquele programa histórico e tradicional, revestem atualmente, um cunho eminentemente prático, momentoso, universal. Nessa nova fase moderníssima da sua evolução, os objetivos clássicos da diplomacia argentina são ampliados, consolidados e orientados no sentido de proveitos financeiros gigantescos que colocariam aquela grande República, dentro de prazo relativamente breve, na categoria de uma das nações mais ricas e poderosas do mundo. (TRAVASSOS, 1938, p. 200)

A política de poder da Argentina foi resumida como um programa que objetivava fazer de Buenos Aires um dos maiores senão o maior empório de matérias-primas do mundo, atraindo para lá a produção do interior do Peru, da Bolívia, do Paraguai e dos estados brasileiros do Mato Grosso e Paraná. A melhoria das ferrovias e rodovias e o aprimoramento das comunicações fluviais complementaríamos as vantagens geográficas de Buenos Aires. O programa argentino – ambicioso e gigantesco – se não fosse contraposto pela política brasileira para os vizinhos sul-americanos instalaria o concorrente dentro de nossas próprias fronteiras. As preocupações com os vizinhos argentinos, ou, em outras palavras, o anti-argentinismo brasileiro alimentava as apreensões do Rio de Janeiro em meados da década de 1930. A neutralidade na guerra somente agravaria esse tipo de percepção.

Dutra e Perón: *alinhamento versus tercera posición*

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América consolidaram a região sul-americana como área de influência estável e segura. Esse fato marcou profundamente a inserção brasileira e argentina em suas relações extra e intra-regionais. Dessa forma, a conjuntura internacional do final da Segunda Guerra Mundial ditou o ritmo e o conteúdo das políticas externas dos dois países, que apresentaram vários elementos semelhantes na formulação de suas políticas externas, mas também se diferenciaram em aspectos não menos fundamentais.

Em março de 1945, Cesar Vieira apresentava a Vargas um relatório sobre a situação interna e externa da Argentina, no qual tratava da nova posição internacional do país e de seu militarismo, que poderia se constituir em séria ameaça para a paz do continente. O abandono da neutralidade, a 26 de fevereiro de 1944, fora decisão de um só homem, o general Pedro Pablo Ramírez, e não da vontade do povo argentino ou dos demais membros do governo. Ademais, o convite “franco e leal” feito pelos delegados das nações americanas reunidas na Conferência do México (Chapultepec), para que a Argentina subscrevesse os pactos, convênios, tratados e resoluções interamericanas, foi recebido no país e explorado pelos nacionalistas como “a suprema humilhação imposta à nação”. Diante dos acontecimentos relatados, Vieira receava que o atual regime militar da Argentina era uma ameaça para o continente e, principalmente, para o Brasil.

O Exército argentino era produto da técnica militar germânica e estava influenciado pela máquina de propaganda nazista;

O crescente afã armamentista do governo militar argentino, tendo o coronel Perón à frente, com suas temerosas ambições internas e suas incontroladas decepções internacionais, poderão constituir uma fonte de receios e dificuldades para o conjunto das nações

americanas, e sobretudo para o Brasil, que é o país sul-americano mais poderoso, em torno do qual um permanente regime militar argentino poderá inaugurar uma política de emulações que objetivará interesses obscuros para o futuro, com perigosa repercussão na massa dos respectivos povos⁴.

O alerta de Caio Vieira estendia-se para o armamentismo. Se não conseguisse receber armas dos Estados Unidos, a Argentina as buscaria no mercado britânico, que lhe devia o equivalente a 72 milhões de libras esterlinas, relativo ao fornecimento de produtos durante a guerra. Essa ameaça potencial por parte dos vizinhos platinos não deveria ter no Brasil um crítico implacável e sim um parceiro compreensivo, leal e franco. O entendimento moral, político e econômico entre o Brasil e a Argentina é que evitaria conflitos futuros. A análise de Vieira era semelhante à de Osvaldo Furst, no que se refere ao temor diante da ameaça militar e a necessidade de diálogo.

Para Furst, a Argentina, se vitoriosa a Alemanha, teria cortado o Brasil pelo antigo território de Palmas (Missões), arrebatando-lhe quedas d'água, terras e riquezas, sem se preocupar com a reação dos parceiros, estrangeiros ou nacionais; consolidaria com lucros materiais a aliança com o Chile, por meio de um convênio de intercâmbio de informações; incentivaria o Chile a avançar em relação à Oruro, provocando uma escalada na América do Sul; e, finalmente, incorporaria as Malvinas. Tal seriam as consequências dessa situação hipotética, que seria alimentada pelo "nacionalismo primitivo" do qual Perón era o expoente⁵. A interpretação brasileira sobre a política interna e exterior argentina influenciou igualmente a percepção sobre as eleições de 1945, nas quais o Brasil preferia a derrota de Perón.

Nos anos de 1946 a 1947, com o governo de Perón na Argentina e o de Dutra no Brasil, as relações bilaterais foram caracterizadas pela cordialidade, ou seja, pela equidistância vigilante. Hirst, em artigo publicado na revista argentina *Todo es Historia*, enfatizou os fenômenos de similitude que se produziram em ambos os países nas décadas de 1940 e 1950, sem descuidar das divergências verificadas em diversas áreas (HIRST, 1985, p. 10-15). As maiores semelhanças entre os dois países, nos anos 40, foram a ampliação da participação política de um extenso contingente de trabalhadores urbanos e o surgimento de lideranças personalistas (Vargas e Perón), capazes de assegurar um novo status às classes trabalhadoras. Com a queda de Vargas e ascensão de Eurico Gaspar Dutra à Presidência do Brasil, os governos brasileiro e argentino tomaram diferentes rumos em suas políticas externas.

⁴ Ofício de Caio Julio Cesar Vieira ao presidente Getúlio Vargas, estritamente confidencial, Rio de Janeiro, 31 de março de 1945. AH/MRE-BSB, Castanhos, 900.1(41), Política Internacional, Argentina (1947-1952).

⁵ Ofício de Osvaldo Furst ao presidente Getúlio Vargas, secreto, Rio de Janeiro, 1º de março de 1946. AH/MRE-BSB, Castanhos, 900.1(41), Política Internacional, Argentina (1947-1952).

O governo de Dutra (1946-1951) trilhou os caminhos de um alinhamento incondicional com a política externa norte-americana, enquanto a Argentina conservou certa autonomia, que remontava à neutralidade mantida durante a Segunda Guerra Mundial.

As diferenças entre o Brasil e a Argentina eram evidentes em pelo menos quatro grandes temas: comércio multilateral, política externa, relações políticas e econômicas regionais, e comércio bilateral (borracha e trigo). No plano multilateral, Brasil e Argentina apresentavam divergências quanto à campanha da diplomacia argentina em favor de práticas de complementação econômica para estabelecer sistemas comerciais de preferências entre países limítrofes ou da mesma região, independentemente da aprovação dos organismos multilaterais criados a partir de 1945. O Brasil apoiava a posição norte-americana em defesa do multilateralismo e da cláusula de nação mais favorecida. No plano político, as diferenças traduziam-se no alinhamento brasileiro e na equidistância argentina que, por exemplo, levou a posturas diferentes quando da criação do TIAR, Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Rio de Janeiro, 1947). A Argentina demorou quatro anos para ratificar o tratado.

Em nível regional, a competição entre Brasil e Argentina era sistemática. A política exterior peronista expandia a influência argentina no continente, enquanto o Brasil era levado a contrabalançar a presença argentina nas relações latino-americanas, dando ênfase às relações com a Bolívia e o Chile. Perón defendia o ressurgimento do bloco ABC – a *entente* entre Argentina, Brasil e Chile do início do século –, enquanto o Brasil rechaçava essa proposta. Na área comercial, a principal questão girava em torno do intercâmbio da borracha brasileira pelo trigo argentino. Brasil e Argentina chegaram a entendimentos nos anos de 1945 e 1946, sendo que, em maio de 1945, foi assinado o Acordo Tripartite Estados Unidos-Argentina-Brasil. A partir de meados de 1946, os Estados Unidos se desinteressaram pelo acordo e o Brasil firmou novo acordo com a Argentina, que foi considerado, no parlamento brasileiro, como prejudicial ao país, pelo fato de dispensar ao Brasil o mesmo tratamento dado pela Argentina a outros países (CARNEIRO, 1978, p. 307-308).

A política externa do governo Dutra era, aparentemente, uma continuidade da política empreendida por Getúlio Vargas nos últimos anos de seu governo. Dutra colocou como eixo da política externa brasileira um alinhamento estreito com a política norte-americana. O alinhamento aos Estados Unidos deveria trazer para o país as seguintes vantagens: a manutenção da posição militar brasileira, de superioridade nítida sobre seus vizinhos do continente; o reconhecimento de uma correspondente primazia política na América Latina, pela qual o Brasil seria previamente consultado pelos Estados Unidos em sua política continental; e a participação brasileira

nas conversações de paz e no estabelecimento da nova ordem do pós-guerra (MOURA, 1990, p. 102). Oficialmente, a política externa do Governo Dutra assinalava a amizade e a colaboração com todas as nações do continente e a solidariedade com todas as nações democráticas do mundo na consolidação da paz mundial. Na prática, seguia a política exterior norte-americana, inclusive no tocante às questões continentais. A política dos Estados Unidos para a América Latina objetivava consolidar uma frente anti-russa, capaz de eliminar os centros de propaganda antiamericana e de organizar politicamente a defesa do hemisfério. Foi neste sentido que, em meados de 1947, e considerando a melhoria das relações entre a Argentina e os Estados Unidos, realizou-se a reunião do Rio de Janeiro que criou o TIAR.

A partir de 1947, as relações Brasil-Argentina situaram-se no contexto da divisão do mundo em dois blocos e na crença – que não era descabida à época – no advento de uma nova guerra mundial. Em caso de um novo conflito, o Brasil desempenharia, ao lado dos Estados Unidos, um papel mais importante que a Argentina, o que permitiria aos militares brasileiros não só receber armas, treinamento e assistência técnica norte-americana, como controlar, de certo modo, o acesso argentino a esses benefícios. Moura definiu o relacionamento com a Argentina como um problema complexo: por um lado, o Brasil desejava uma melhoria nas relações argentino-americanas para salvar a unidade hemisférica; por outro, procurava evitar que o entendimento entre Washington e Buenos Aires promovesse o reequipamento argentino a ponto de ameaçar a superioridade adquirida pelo Brasil nos anos da Segunda Guerra.

Cabe lembrar que os Estados Unidos não concordavam com o posicionamento brasileiro e procuraram, de forma equilibrada, vender armas para os outros países latino-americanos, além de relegar o país a um plano secundário na definição da nova ordem mundial, tampouco as expectativas brasileiras quanto ao apoio norte-americano ao desenvolvimento do país se concretizaram. Para os Estados Unidos, o Brasil deveria procurar outro caminho: ampliar suas fontes internas de financiamento antes de pedir auxílio norte-americano, distinguir entre seus programas de reequipamento e seus programas de desenvolvimento e atrair capitais privados para o desenvolvimento do país (MALAN, 1995, p. 63). Ou seja, o Brasil não obteve as vantagens que pretendia, nem na área militar, nem na econômica.

Do ponto de vista diplomático, a Argentina não estava em melhor situação. O país teve que enfrentar as sequelas da situação criada pelo neutralismo argentino, mantido até quase o final da Segunda Guerra Mundial. Ao assumir o poder, em junho de 1946, Perón deixou claro que seu governo deveria romper com o isolamento que até então tinha caracterizado a política externa argentina e iniciar uma nova fase. Para tanto, o governo argentino deveria consolidar suas relações com os países americanos, restabelecer uma

relação cordial e cooperativa com os países europeus, desenvolver relações amistosas com todos os países do mundo (incluindo a União Soviética e os países do Leste europeu), participar de organismos políticos e reuniões internacionais, firmar convênios e acordos comerciais e diminuir a distância em relação à política externa norte-americana. Desta forma, uma das primeiras medidas para tirar a Argentina do isolamento foi a ratificação das cartas de Chapultepec e das Nações Unidas, em agosto de 1946. Outro aspecto importante de sua política exterior foi a atenção dispensada ao comércio com os países latino-americanos, concretizada na assinatura de acordos comerciais com Brasil, Uruguai, Chile e Bolívia (PARADISO, 2005, p. 151).

Com efeito, a política desenvolvida por Perón na América do Sul, consubstanciada na *terceira posição*, era vista como uma campanha de difusão dos logros alcançados internamente, como a relativa estatização da economia e a ênfase dada ao papel dos sindicatos. A “terceira posição” caracterizou-se por certo distanciamento em relação ao conflito bipolar e objetivava a criação de um espaço para o país nas grandes decisões internacionais. Perón resumiu o significado de tal política, da seguinte forma:

Frente a un mundo dividido en dos fracciones diametralmente opuestas de individualismo y colectivismo, nosotros realizamos en nuestro país – y proponemos a la humanidad – la doctrina del equilibrio y la armonía del individuo y la colectividad por la justicia social que dignifica el trabajo, que humaniza el capital, que eleva la cultura social, que suprime la explotación del hombre por el hombre, que produce la realidad positiva de los derechos del trabajador, del anciano, del niño y de la familia, de tal manera que el nosotros de la sociedad se realiza y perfecciona por el yo individual, dignificado como persona humana (PERÓN, s/d, p. 55).

A América Latina surgia na concepção de Perón como um espaço de solidariedade política e complementação econômica, no qual a história de lutas e de conflitos diplomáticos seria substituída definitivamente por uma política de cooperação. O discurso da “terceira posição” já estava presente em seu primeiro governo, mas iniciativas mais agudas no sentido da cooperação continental foram tomadas apenas no segundo.

As relações Brasil-Argentina, na segunda metade da década de 1940, foram marcadas por diferentes concepções a respeito da nova ordem internacional e do papel a ser desempenhado por Brasil e Argentina no cenário da guerra fria. Enquanto o Brasil alinhou-se aos Estados Unidos, em alguns casos em detrimento dos demais países sul-americanos, a Argentina conservou uma certa autonomia, em que pese seus esforços no sentido de melhorar as relações com os Estados Unidos. É bem verdade que a cordialidade esteve presente no diálogo bilateral, que o comércio entre os dois países passou por um crescimento significativo, mas não foi possível um avanço rumo à

cooperação internacional⁶.

Com efeito, as preocupações brasileiras no tocante às “temerosas ambições internas” da Argentina e “suas incontroladas decepções internacionais” estavam na raiz do receio do Rio de Janeiro quanto ao armamentismo de Buenos Aires e em relação ao próprio Perón. Ao armamentismo e ao peronismo somava-se, a partir de 1947 e 1948, acompanhando a guinada anticomunista do governo Dutra, a preocupação com o expansionismo argentino. A penetração argentina no Paraguai era objeto de preocupação do embaixador em Buenos Aires, Cyro de Freitas-Valle, que não descartava o auxílio militar a Assunção se este se fizesse necessário. Outra questão que exigiu a atenção de Freitas-Valle foi a visita de caravanas de estudantes brasileiros a Buenos Aires. Em uma dessas ocasiões, Perón leu uma oração para os jovens brasileiros, na qual se referia ao comunismo, ao capitalismo, à “terceira posição”, entre outros temas, e criticava a imprensa brasileira que divulgava matérias ridículas sobre o expansionismo argentino. Ao referir-se à política exterior do país, Perón afirmara que se houvesse uma guerra entre Estados Unidos e União Soviética seu país estaria decididamente ao lado dos Estados Unidos, no entanto, em situação de paz, o neutralismo era o melhor posicionamento⁷.

Álvaro Teixeira Soares, encarregado de negócios em Montevidéu, relatava, a 15 de setembro de 1948, em ofício secreto intitulado “o Vice-Reino do Prata e o Peronismo”, suas preocupações quanto à expansão peronista:

Toda gente fala no Peronismo; ri-se dele; descrê-se dele; mas se descuida de pensar no paiol de pólvora que existe em seus subterrâneos.

A preocupação dos expositores intelectuais do peronismo consiste em estabelecer uma legitimação histórica – e aí é justamente que reside o perigo – entre as realidades do presente e as do passado, vinculando-as ao fenômeno político-social de Rosas e remontando a uma concepção realenga, qual foi a do Vice-Reinado do Prata⁸.

⁶ As relações comerciais não acompanhavam as tensões políticas entre Brasil e Argentina. O ponto alto do relacionamento bilateral, no final da década de 1940, foi o intercâmbio comercial, substancialmente maior que no final da década anterior. Nos anos de 1938 e 1939, as exportações brasileiras para a Argentina atingiram 13,366 e 16,863 milhões de dólares para, dez anos depois, chegar à cifra de 111,790 e 84,328 milhões de dólares, para os anos de 1948 e 1949. Nestes mesmos anos, as importações brasileiras da Argentina, saíram da ordem de 34,881 e 21,946 (1938 e 1939) para 79,940 e 116,126 milhões de dólares (1948 e 1949).

⁷ Ofício de Cyro de Freitas ao ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, secreto, nº 211/624.2(41), Rio de Janeiro, 22 de maio de 1948. AH/MRE-BSB, Castanhos, 900.1(41), Política Internacional, Argentina (1947-1952).

⁸ Ofício de Álvaro Teixeira Soares ao ministro Hildebrando Accioly, secreto, nº 405, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1948. AH/MRE-BSB, Castanhos, 900.1(41), Política Internacional, Argentina (1947-1952).

Para Teixeira Soares, as palavras usadas pelos revisionistas eram utilizadas em sentido extremamente amplo. Confederação queria dizer Vice-Reinado do Prata; Vice-Reinado do Prata significava Argentina; e Argentina, expansão peronista. O general Perón, apoiado por publicistas e historiadores se sentia predestinado a cumprir uma alta missão histórica. Com exceção do Brasil e do Uruguai, os vinhos da Argentina eram países “de consistência de argila” e provavelmente aceitariam gravitar na órbita de Buenos Aires. O alarmismo do diplomata brasileiro tinha como contraponto a consciência de que havia uma distância entre a doutrina e a realidade, mas considerava a hipótese de a distância entre ambos encurtar em curto intervalo de tempo.

Assim, sob Dutra e Perón as relações bilaterais foram marcadas pela cordialidade oficial e pelas desconfianças recíprocas, o que era previsível do lado brasileiro, ao se considerar que o Itamaraty esteve sob comando de conservadores, como João Neves da Fontoura (1946) ou Raul Fernandes (1946-1951). O Itamaraty era o berço do anti-peronismo no Brasil, mas mesmo no final na Era Vargas (1930-1945) os principais informantes do presidente sobre a situação da Argentina, haviam se posicionado contra o governo do GOU e o coronel Perón. Os interesses brasileiros viram na Argentina um líder com ambições perigosas do ponto de vista interno e externo, e foi divulgada no Brasil a imagem de uma Argentina armamentista, neutralista e expansionista, perfil que pouco mudaria no lustro seguinte.

Vargas e Perón: rivalidade *versus* integração econômica

A campanha de Getúlio Vargas para a presidência do Brasil abriu um momento de grandes expectativas em relação ao entendimento bilateral, que indicavam para a possibilidade de estreitamento dos laços entre os dois países. A perspectiva de cooperação, já discutida pela literatura, remontava à campanha eleitoral de 1950, em que Vargas acendeu novamente as esperanças de maior solidariedade entre os dois países. Vargas defendeu-a em discurso de campanha, embora adequasse os seus discursos ao público a que se dirigia. Durante a campanha eleitoral, chegou a utilizar expressões típicas da retórica justicialista, quando defendeu, para o Brasil, uma “terceira posição”. Não abandonou, entretanto, o discurso do pan-americanismo. Na época, a radicalização das opiniões da sociedade brasileira inviabilizava essa forma de condução (ALMEIDA, 2005, p. 205-212; SANTOS, 1991, p. 105.).

A nomeação de Baptista Lusardo para o cargo de Embaixador na Argentina gerou uma forte expectativa em virtude de sua admiração pelo peronismo e sua amizade com Vargas e com Perón. A recepção de Lusardo em Buenos Aires foi apoteótica, em uma cerimônia apenas comparável à recepção do mais renomado chefe de Estado. A atuação de Lusardo teve como característica principal, segundo Cervo, a apresentação de uma versão

positiva das iniciativas de Perón, que contrariava os relatórios provenientes das demais embaixadas brasileiras no Cone Sul. Lusardo empenhava-se em regular por longo prazo o comércio entre o Brasil e a Argentina. Tal iniciativa esbarrava na má vontade da Chancelaria, dirigida por João Neves da Fontoura. O chanceler fora nomeado por Vargas com o intuito de acalmar a oposição por parte da União Democrática Nacional (UDN). Neves da Fontoura não apreciava o novo clima propício ao entendimento bilateral, preferindo dar continuidade ao ranço diplomático da gestão de Raul Fernandes. Por isso, desde o início, o desempenho de Lusardo era torpedeado pelo Itamaraty.

Para diplomatas influentes no Ministério das Relações Exteriores (MRE), o projeto dirigido por Perón incluía a intervenção em assuntos internos de outros países e objetivava a liderança argentina no continente sul-americano. É o que se verifica, por exemplo, na avaliação feita pelo Itamaraty a respeito da política externa de Perón, em dezembro de 1952, em que se destacavam os objetivos dessa política:

Esses objetivos podem ser assim resumidos: a) o Governo de Perón diz esforçar-se, através da execução de “austero plano econômico”, por “libertar-se do capitalismo norte-americano e, b) por meio de ampla propaganda do “justicialismo”, instalar nos países latino-americanos governos mais favoráveis aos seus interesses, assegurando-se destarte o fornecimento de matérias primas indispensáveis ao seu desenvolvimento industrial. Se bem que este plano ainda se encontre em sua fase inicial de realização, seu objetivo supremo é a unificação político-econômica da América latina, sob liderança argentina⁹.

Lusardo argumentava que as preocupações da chancelaria brasileira não deveriam concentrar-se apenas no peronismo e em uma possível reavivação das intenções rosistas de reconstrução do antigo Vice-Reino do Prata. Ao contrário, as atenções deveriam voltar-se para as condições, razões e necessidades de ordem econômica, que poderiam levar a Argentina a buscar fora de suas fronteiras o que lhe faltava para tornar-se uma potência, “um país com todos os elementos de vida própria tanto na agricultura como na indústria”. A rivalidade entre Brasil e Argentina era uma das preocupações do embaixador brasileiro, o que se torna evidente quando, após relatar as necessidades econômicas do país vizinho, sintetiza suas ações em política exterior:

Mas, a força do Brasil cresce dia a dia... A Argentina percebe-

⁹ Circular do Itamaraty às missões diplomáticas na América, nº 1545, Dpo/900.1(41), secreto. MRE/AH-BSB, maço avulso, nº 900.1(41), Política Internacional, Argentina, 1947-52, p. 1-2.

-o e procura apressar-se. Lança o justicialismo pela boca de seus adidos operários e embaixadores. Faz amizade com quem tenha na sua bagagem eleitoral programas de nacionalização antiameericana, na qual, evidentemente, os Estados Unidos da América, aliados do Brasil, terão que ficar de parte. Invoca, a modo de argumentação, antigos e alheios projetos de alianças regionais – tais como o ABC do Barão do Rio Branco – e apoia, sempre com a mesma intenção final, projetos atuais de entendimento ou ligação bilateral ou multilateral entre diversos países e regiões da América espanhola. Desenvolve, por último, dentro e fora do país, uma campanha de desprestígio contra os Estados Unidos da América, embora, e talvez seja este o lado insincero e menos firme dessa política expansionista, procure retirar daquele país o máximo de facilidades econômicas que puder¹⁰.

A diplomacia argentina refletia o se, de certo modo, também se sabia no Brasil. Lusardo era considerado pelos setores conservadores – que moviam forte oposição ao governo de Getúlio Vargas – como um “Embaixador de Perón no Brasil”. Nota-se que, para o Embaixador, frente ao expansionismo argentino, o Brasil deveria agir com firmeza e habilidade junto aos países que simpatizavam com as ideias peronistas e cuja penúria facilitava a difusão de preceitos justicialistas e a buscar, em colaboração com os Estados Unidos, uma ação prática, objetivando a neutralização da política peronista.

A linha adotada pela diplomacia brasileira, durante a gestão de Batista Lusardo na Embaixada do Brasil em Buenos Aires, foi mantida por seu sucessor, Orlando Leite Ribeiro, e a leitura a respeito das intenções de Perón também. Leite Ribeiro não via razão para depreciar a política de integração econômica da América latina, mas tinha reservas quanto à propaganda peronista.

Se a posição da Embaixada do Brasil em Buenos Aires era de alerta em relação à política peronista, o anti-peronismo de alguns expoentes do Itamaraty era exacerbado. Em memorando secreto, preparado pelo Chefe do Departamento Político e Cultural, evidencia-se grande preocupação provocada pela política exterior peronista, entendida como um projeto francamente expansionista, no campo das atividades econômicas, destinado à reconstrução do Vice-Reinado do Prata. O documento também fazia referência à opinião da Embaixada do Brasil em Buenos Aires (Ofício confidencial nº 604, de 22.12.53), que teria situado bem o problema e sugerido a seguinte atitude da diplomacia brasileira frente à Argentina:

a) aceitar, em tese, o princípio da integração econômica, escoli-

¹⁰Ofício de Batista Lusardo, Embaixador do Brasil na Argentina, ao Chanceler João Neves da Fontoura, Buenos Aires, 28.01.53, ofício nº 36/900.1(41), secreto. MRE/AH-BSB, Ofícios recebidos, secretos, A-K, 1950-57, cx. 01.

mando-o, porém, de qualquer intenção politizante e retardando temporariamente sua execução prática;

b) prepararmos-nos ativamente para sermos o centro de uma futura integração econômica, preparação que consistiria apenas num esforço ainda maior de industrialização do país e do desenvolvimento intensivo de nossas comunicações através dos seguintes eixos: 1) fluvial amazônico; 2) ferroviário ou eixo mineral Santos-Santa Cruz; e 3) misto rodoviário e ferroviário Santos-Ponta Porã (Pedro Juan Caballero)-Concepción¹¹.

De acordo com essa leitura das relações internacionais latino-americanas, uma união econômica na região só seria bem vinda se o Brasil estivesse na liderança do processo. Essa e outras concepções expressas pelo Itamaraty foram objeto de um extenso e detalhado relatório elaborado pela Embaixada da Argentina no Brasil¹². No relatório, a atuação do Itamaraty era vista com grande pessimismo pela Embaixada argentina, no Rio de Janeiro. Segundo a representação argentina, existia, no Brasil, uma linha de conduta permanente na área das relações exteriores, que independia da orientação circunstancial de um determinado governo e transformava o Itamaraty em uma espécie de “superpoder”.

Essa política exterior tradicional podia ser sintetizada, “em traços muito grossos”, como de “permanente luta com a República argentina pela supremacia (‘liderança’) sul-continental”. Daí decorria a busca, por parte do Brasil, do apoio da grande potência do continente, para que a balança de poder pendesse a seu favor. Não estava presente na mente dos sucessores de Rio Branco a possibilidade de uma política de complementação com a Argentina que redundasse em benefícios imediatos para ambos os países. Tal possibilidade era vista como um risco para a supremacia brasileira na região.

A ação da diplomacia brasileira objetivava a neutralização da “nova política comercial argentina”, com respeito a seus vizinhos. Na avaliação da Embaixada argentina, fazia falta à diplomacia brasileira um sentido permanente do que o Brasil deveria fazer e como fazê-lo. Em seguida, definia a política exterior brasileira como “política do contragolpe”, resultante do fato de a Argentina ter superado o Brasil pela primeira vez na história do relacionamento bilateral. Preocupações vinculadas à política regional e não ao jogo internacional dominavam os posicionamentos do Itamaraty e do San Martín.

Do ponto de vista argentino, a política de “balança” (Chile, Bolívia e

¹¹ Memorando de Emmanuel Stumpf, pelo Chefe do Serviço de Informações, ao Sr. Secretário Geral, Rio de Janeiro, 23.09.54, memorandum nº 811.(42)(22), secreto. MRE/AH-BSB, DI, CE Secretos, Expedidos, Ofícios e Memorandos, 1949-57, cx. 62.

¹² Da Embaixada da República Argentina no Rio de Janeiro ao Sr. Jerônimo Remorino, Ministro de Relaciones Exteriores y Culto, Rio de Janeiro, 27.07.54, letra: R.E. nº 888, secreta-urgente. MREC/AH, Caixa: “20”, Pasta “20.1”.

Paraguai com o Brasil) tinha sido substituída pela ação diplomática argentina. Como resposta, o Brasil havia-se aproximado do Peru, em uma política “antiblocos”, mas que na prática resultara em uma manobra artificial, sem maiores consequências, visto que o Peru significava muito menos para o Brasil do que o Chile. E mais: a linha estratégica na área sul-americana, desenvolvida pelo Brasil, obedeceria não à concepção de Rio Branco, e sim a uma imposição, quase, seguramente, por parte dos Estados Unidos da América. O Brasil, pela primeira vez, desde a época de Rio Branco, tinha abandonado a ofensiva e passado à defensiva: “*Y cuando no se sabe qué hacer, cuando se ha perdido la iniciativa, cuando se actúa de contragolpe, es porque se ha pasado a la defensiva*”.

O relatório refere-se também ao chanceler brasileiro, Vicente Rao, tido como um bom amigo da Argentina. No entanto fazia-se necessário distinguir a opinião do Chanceler e a do seu *staff*. O alto escalão do Itamaraty continuava mantendo os ideais de Rio Branco, de buscar a hegemonia do Brasil no sul do continente. A pressão dos diplomatas sobre Rao fazia com que ele preferisse que qualquer aproximação em relação à Argentina fosse feita por Osvaldo Aranha.

O Itamaraty era visto como o grande opositor a uma política de entendimento bilateral. Segundo o relatório, a política internacional do Brasil para a Argentina era caracterizada por três aspectos: 1) oposição sistemática e encoberta do Itamaraty a tudo que pudesse favorecer a Argentina; 2) declarações públicas ostensivas, por parte de membros do Itamaraty, de simpatias pela Argentina; e 3) críticas reiteradas à Argentina por parte dos homens mais destacados da vida brasileira, tanto no plano político, como no cultural e na imprensa. E detalhava esse ponto de vista:

(...) En cuanto a los dos primeros puntos, su significado es claro: Itamaraty mantiene desde la época del Barón de Rio Branco un pensamiento y una conducción basada en el axioma de que el predominio brasileño en Sud-América sólo está amenazado por la posible expansión argentina, si continúa el progreso de nuestra Nación en los órdenes industrial, cultural y económico. La voz de orden es para sus diplomáticos, desde las primeras clases que reciben en su Instituto, oponerse al engrandecimiento argentino. (...) Itamaraty adopta fórmulas de la mayor cortesía con nuestros representantes y no deja de formular declaraciones cordiales, atreviéndose sólo algunos de sus miembros a criticar privadamente a nuestros conductores o gobernantes, pero recalando de inmediato el respeto y admiración que sienten por el pueblo argentino.

A avaliação da Embaixada argentina, no Rio de Janeiro, que, desde 1947, estava a cargo de Juan I. Cooke, contrastava com o objetivo principal da missão que era ganhar o apoio brasileiro às iniciativas de Péron. Para a diplomacia brasileira, a política externa do governo Perón tinha um claro

caráter expansionista, pautada no desenvolvimento industrial argentino, e incluía em suas estratégias os seguintes elementos: a exportação da “ideologia” justicialista para os demais países do continente; uma campanha de desprestígio contra os Estados Unidos; a busca de uma participação mais ativa do país nos fóruns e episódios diversos da política internacional e a diversificação comercial, que abrangia os países do Leste europeu. Outro aspecto que preocupava a chancelaria brasileira era a intenção, por parte de Perón, de um melhor entendimento com os Estados Unidos, verificada nos últimos anos de seu governo.

O San Martín, por seu turno, não depositava grandes esperanças em uma mudança de atitude por parte do governo brasileiro, pois entendia que o Brasil não iria admitir nenhum processo de integração sul-americana se não estivesse sob o controle brasileiro, o que explicava a aparente contradição da diplomacia vizinha. Buenos Aires admitia o caráter expansionista de sua política externa, no que se refere à disputa pela hegemonia sul-continental com o Brasil, à medida que considerava que este tinha passado para a defensiva frente à política exterior argentina. Para a diplomacia argentina, o Brasil atuava no sentido de criar toda a sorte de obstáculos ao desenvolvimento da política externa peronista, não admitia publicamente tal ação, mas utilizava-se de diversas figuras ilustres da política e da imprensa brasileira para criticar a Argentina.

Como se percebe, quando do suicídio de Vargas, a rivalidade predominava nas percepções de um em relação ao outro e não estava no horizonte das chancelarias do Brasil e da Argentina um projeto capaz de aproximar os dois países e aplacar suas diferenças. Tanto o anti-peronismo ou anti-argentinismo, quanto anti-brasileirismo gravitavam em torno das disputas geopolíticas e por influência em relação à vizinhança, sem que o estreitamento dos laços bilaterais predominasse nos discursos diplomáticos, pelo menos até o advento da Operação Pan-Americana, em 1958.

Conclusão

A compreensão acerca das relações internacionais na América Latina, ao final da Segunda Guerra Mundial e nos anos iniciais da guerra fria, não passa, necessariamente, pelo nascimento da ordem bipolar e do confronto político-ideológico entre Estados Unidos e União Soviética. A literatura sobre o tema muitas vezes atribui importância excessiva à redefinição da política internacional no pós-guerra, relegando a um segundo plano fatores políticos internos. É certo que os Estados Unidos incentivaram a implantação de regimes democráticos na América Latina ao final do conflito (SCHOULTZ, 2000, p. 353), que vincularam o apoio aos governos locais à concessão de vantagens econômicas (AYERBE, 2002, p. 77), e que cons-

truíram o sistema interamericano como instrumento de dominação política regional (SUÁREZ SALAZAR; GARCÍA LORENZO, 2008, p. 90), porém, essas novas forças influenciaram apenas indiretamente as relações Brasil-Argentina, cujos contornos foram definidos pelo menos desde o início do conflito de 1939.

Os laços do Rio de Janeiro com Washington remontam à época da independência do Brasil e passaram por um salto qualitativo à medida que os Estados Unidos se tornaram, em meados do século XIX, o principal destino das exportações brasileiras de café. No início do século XX, o chanceler José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, reconheceu nos Estados Unidos a potência emergente regional e promoveu uma espécie de alinhamento não-automático, considerando-se a valorização da autonomia e a intangibilidade da soberania nacional.

Na Primeira Guerra Mundial, a participação simbólica do Brasil se deu após o ingresso norte-americano e, desde então, adensaram-se os laços comerciais e econômicos bilaterais. Na Segunda Guerra, o Brasil, mesmo que tenha adotado uma política de barganha entre Estados Unidos e Alemanha, fez a opção que era historicamente a mais plausível. As vantagens econômicas e militares obtidas pelo Brasil naquele momento levaram as autoridades brasileiras a considerar no imediato pós-guerra a continuidade daquela “relação especial”, o que não ocorreu. Não obstante, as relações preferenciais com Washington favoreceram a primazia do Brasil na América do Sul, reforçando o anti-peronismo visceral da diplomacia udenista.

No caso da Argentina, as relações com a Inglaterra foram definidas após a independência e, até a Segunda Guerra Mundial, orientavam a inserção econômica internacional do país. Foram os laços com Londres que permitiram aos argentinos conhecer um período de apogeu – *aquel apogeo*, nas palavras de Juan Archibaldo Lanús – no qual seu PIB per capita se encontrava entre os maiores do mundo (sem que se ignore a desigualdade social) e o tango foi levado a Paris. A crise de 1929 e a grande depressão levaram o país a transitar das estruturas primário-exportadoras para o esforço de industrialização, o que foi acompanhado pela crise política das décadas de 1930 e 1940, tendo com desfecho o golpe de 1943, do qual Perón foi uma das lideranças.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a neutralidade argentina, levada quase até o final do conflito, foi sustentada pelas oligarquias territoriais, que dominavam o comércio exterior e que priorizavam os laços com os ingleses. O Grupo de Oficiais Unidos (GOU), que assumiu o controle do país em 1943, reorientou a política exterior, tratando – não sem dificuldades – de promover o fim da neutralidade. Com a candidatura de Perón à presidência, em 1945, os Estados Unidos trabalharam no sentido de evitar sua vitória eleitoral e, uma vez consumada, adotaram um posicionamento de fria cor-

dialidade em relação a Buenos Aires (BOSOER, 2011).

As trajetórias históricas de Brasil e Argentina no cenário internacional e os posicionamentos adotados em diferentes momentos, como na Segunda Guerra Mundial, defiram os termos da rivalidade bilateral do período inicial da guerra fria. Os Estados Unidos souberam explorar as divergências entre os dois países, fazendo uso dos valores ocidentais vinculados à guerra fria, no estabelecimento de alianças e lealdades. Entretanto, mesmo em face da presença de forças internacionais no jogo político platino, foram, antes de mais nada, fatores locais e regionais que afastaram as políticas exteriores de Brasil e Argentina. Peronismo e anti-peronismo marcariam por mais de uma década o debate político na região do Prata.

Referências

ALMEIDA, Hamilton. **Sob os olhos de Perón: o Brasil de Vargas e as relações com a Argentina.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BOSOER, Fabián. **Braden o Perón: la historia oculta.** Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 288.

CARNEIRO, Glauco. **Lusardo, o último caudilho**, vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

HIRST, Mônica. Vargas y Perón – Las relaciones argentino-brasileñas, **Todo es Historia**, 224, 1985.

MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964), p.63. In FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil Republicano: Economia e Cultura (1930-1964).** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, 3ª ed. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3; v. 4).

MOURA, Gerson. **O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra.** Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1990.

PARADISO, José. **Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PERÓN, Juan Domingo. **La Tercera Posición.** Buenos Aires: Ediciones Argentinas, s/d.

SANTOS, Daniella X.V.G. **Vargas e Perón: a política externa do Brasil para a Argentina na primeira metade da década de 1950.** Dissertação de mestrado. Brasília: Departamento de História, Universidade de Brasília, 1991.

SAULL, Richard. American foreign policy during the Cold War. In COX,

Michael; STOKES, Doug. **US foreign policy**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão**: uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: EDUSC, 2000.

SUÁREZ SALAZAR, Luis; GARCÍA LORENZO, Tania. **Las relaciones interamericanas**: continuidades y cambios. Buenos Aires: Clacso, 2008.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938, 3 ed.

Artigo recebido em 11-06-2014, revisado em 30-08-2014 e accito para publicação em 10-09-2014.